

Projeção da dívida interna



Dívida interna chegará a 40% do PIB até o fim de 87

Regina Perez

Até o final desse ano a dívida interna — total de títulos públicos emitidos pelo governo, inclusive os que estão em poder do Banco Central — deverá alcançar CZ\$ 4 trilhões 600 bilhões ou cerca de 40% de todo o Produto Interno Bruto (PIB) estimado em CZ\$ 11 trilhões. A dívida interna somada à dívida externa (110 bilhões de dólares), chegará no final de 1987 a 180 bilhões de dólares valor que corresponde ao PIB total previsto para esse ano.

Os números fazem parte do estudo elaborado pelo economista Carlos Alberto Cosenza, presidente do Conselho Regional de Economia (Corecon), que credita o crescimento da dívida interna do governo à redução da taxa de poupança. "O nível de poupança baixou sensivelmente nos últimos anos e o governo está tendo que disputá-la no mercado financeiro", explica o economista, que estima que a taxa de poupança hoje está entre 15% e 17% do PIB, depois de ter alcançado 30% em 1970.

A projeção de Cosenza para a dívida interna até o final do ano não despreza a parte da dívida que está fora do mercado, em poder do Banco Central. Ele justifica que teoricamente o custo dessa parcela da dívida é o mesmo da parte que se encontra em poder do público, embora admita que esse custo pode ser neutralizado na medida que é uma dívida de governo para o próprio governo. "Mesmo assim essa parte da dívida não pode ser desprezada. Você não pode apagá-la da economia até porque de alguma forma o Banco Central acabará tendo que se

ressarcir desse montante que ele é credor do governo", sustenta Cosenza.

Do total da dívida interna, cerca de 50% corresponde a juros e correção monetária. Embora o governo costume desprezar a correção monetária para cálculo do crescimento real da dívida, Cosenza contesta a tese de que a correção na verdade é uma mera ilusão. Segundo ele, a correção monetária só poderia ser considerada uma ilusão se todos os valores da economia fossem reajustados pelo mesmo índice. Entretanto, isso não ocorre. Os reajustes de preços dos bens e serviços de um modo geral seguem critérios distintos, dependendo da expectativa do comerciante, do industrial etc.

"O custo financeiro passou a ser um substancial componente na formação dos preços. Mas a correção monetária da mesma forma que premia alguns penaliza outros", alega Cosenza.

O desaquecimento da economia, com a redução da demanda agregada, segundo Cosenza, também acaba contribuindo para a elevação da dívida pública. Com a economia funcionando em ritmo mais lento, a arrecadação do governo cai e a saída para financiar os gastos públicos acaba sendo a emissão de títulos ou de moeda. "A dívida se agiganta, mas o orçamento fiscal fica intocado", argumenta Cosenza ao explicar que os impostos não são corrigidos monetariamente e acabam ficando com seus valores defasados pela inflação. Assim, o governo perde arrecadação em função do desaquecimento econômico e também porque os valores dos impostos acabam ficando defasados ao longo do ano.